

# VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS RAMIFICAÇÕES NA EDUCAÇÃO

*SYMBOLIC VIOLENCE AND ITS RAMIFICATIONS IN EDUCATION*

<https://orcid.org/0000-0003-0696-2561> Eduardo Henrique de Souza Machado <sup>A</sup>

<sup>A</sup> Secretaria da Educação (SEDU), Vitória, ES, Brasil

Recebido em: 06 03 2024 | Aceito em: 05 08 2024

Correspondência: Eduardo Henrique de Souza Machado (eduardo.ifes@gmail.com)

## Resumo

Este artigo aborda a temática da Violência Simbólica na Educação contemporânea, com o objetivo de investigar e compreender as implicações desse fenômeno na formação de indivíduos e na construção do conhecimento. Utilizando como referencial teórico as contribuições de Pierre Bourdieu, a análise se concentra na natureza invisível e penetrante da violência simbólica, que se manifesta por meio de gestos, palavras e estruturas que reforçam desigualdades e hierarquias no ambiente educacional. O estudo empregou uma metodologia de revisão bibliográfica sistemática, explorando trabalhos acadêmicos e artigos que abordam a violência simbólica. Os resultados destacam a necessidade de desvendar as complexidades subjacentes que moldam a educação contemporânea, bem como a importância de adotar estratégias proativas para mitigar os efeitos da violência simbólica, promovendo um ambiente educativo inclusivo, equitativo e livre de preconceitos. A compreensão e o enfrentamento da violência simbólica são fundamentais para garantir uma educação que estimule a igualdade, a liberdade acadêmica e o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Violência Simbólica; Educação; Desigualdades.

## Abstract

This article addresses the theme of Symbolic Violence in contemporary Education, aiming to investigate and comprehend the implications of this phenomenon on the formation of individuals and the construction of knowledge. Using Pierre Bourdieu's contributions as a theoretical framework, the analysis focuses on the invisible and pervasive nature of symbolic violence, which manifests through gestures, words, and structures that reinforce inequalities and hierarchies in the educational environment. The study employed a systematic literature review methodology, exploring academic papers and articles that discuss symbolic violence. The results emphasize the need to unravel the underlying complexities shaping contemporary education, as well as the importance of adopting proactive strategies to mitigate the effects of symbolic violence, promoting an inclusive, equitable, and prejudice-free educational environment. Understanding and



addressing symbolic violence are crucial for ensuring education that fosters equality, academic freedom, and the full development of individuals.

**Keywords:** Symbolic Violence; Education; Inequalities.

## Introdução

*"Educar é libertar o indivíduo das correntes invisíveis da opressão."*  
**Paulo Freire**

A complexa rede da educação contemporânea está intrinsecamente ligada a diversas dinâmicas sociais e culturais, tornando-se, por vezes, palco de fenômenos inicialmente imperceptíveis, mas cujas repercussões reverberam de maneira significativa no tecido educacional. Este artigo propõe-se a investigar uma faceta pouco evidente, porém profundamente enraizada, na experiência educacional: a violência simbólica e suas implicações na formação de indivíduos e na construção do conhecimento.

A violência simbólica, conforme delineado por Pierre Bourdieu, transcende manifestações físicas, adentrando os domínios do poder invisível que permeia os contextos educacionais. Este fenômeno sutil, mas penetrante, manifesta-se por meio de gestos, palavras e estruturas simbólicas que reforçam hierarquias, estigmas e desigualdades, moldando a experiência educativa de maneiras frequentemente inadvertidas. Nesse contexto, a compreensão da violência simbólica emerge como um imperativo para desvendar as complexidades subjacentes que moldam a educação contemporânea.

No que diz respeito à violência, consideramos como uma forma de privação. Conforme expresso por Odalia, "privar significa retirar, desapossar, despojar alguém de algo. Todo ato de violência é precisamente isso. Ele nos despoja de algo, de nossa vida, de nossos direitos como indivíduos e como cidadãos" (ODALIA, 1993, p. 86). No âmbito simbólico, compreendemos algo de difícil percepção, onde, por vezes, o simbólico é consentido pelo indivíduo. De acordo com Bourdieu, o simbólico, ou mais precisamente, o poder simbólico, é um "poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que preferem ignorar que estão sujeitos a ele ou mesmo que o estão exercendo" (BOURDIEU, 1989, p. 7).

A metodologia empregada neste estudo compreendeu uma abordagem fundamentada em revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica foi conduzida de maneira sistemática, explorando trabalhos acadêmicos, livros e artigos que abordam a temática da violência simbólica na educação contemporânea, conforme discutido por diversos autores, incluindo Tiradentes (2015), Fernandes (2020), Lima (2021), Souza (2012), Bourdieu (1989), e Bourdieu e Passeron (1992). A análise crítica dessas fontes proporcionou uma compreensão aprofundada dos conceitos teóricos e das diversas manifestações da violência simbólica no contexto educacional. Essa abordagem metodológica visa embasar a análise e as reflexões apresentadas neste artigo, proporcionando uma fundamentação sólida para a compreensão das complexidades subjacentes à violência simbólica e suas implicações na formação de indivíduos e na construção do conhecimento.

A relevância deste tema não se limita à desconstrução acadêmica, mas estende-se à responsabilidade social de garantir um ambiente educacional inclusivo e equitativo. Compreender as ramificações da violência simbólica na educação é crucial para formular estratégias eficazes na promoção de uma cultura escolar saudável e livre de preconceitos.

Nesse sentido, este artigo busca não apenas analisar a violência simbólica, mas também refletir sobre estratégias proativas para mitigar seus efeitos, promovendo um ambiente educativo que verdadeiramente fomente a igualdade, a liberdade acadêmica e o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

### ***A Complexidade da Violência: Reflexões sobre Natureza, Manifestações e Impactos na Sociedade Contemporânea***

O conceito de violência tem sido objeto de discussão por diversos autores. Benjamin, em sua obra "*Critique of Violence*" (1999), esclarece que, para alguns estudiosos, a violência é um "produto da natureza", entendida como intrínseca à humanidade. Para outros, ela é um "produto da história", não sendo, portanto, inerente ao ser humano, mas resultado do desejo de dominação (ibid., p. 243).

Quando se aborda o tema da violência, a primeira associação que ocorre é comumente a agressão física. Pelo fato de este tipo de violência afetar diretamente o corpo humano, a agressão física rapidamente se torna um sinônimo imediato de violência. Ela não faz distinção – como se a violência pudesse respeitar algo – entre classes sociais, etnias, credos, áreas urbanas, rurais, e assim por diante. Tanto em áreas consideradas nobres quanto em favelas, em classes sociais mais altas ou mais baixas, a presença da violência é marcante. Os meios de comunicação, como jornais, telejornais e revistas, não se cansam – e alguns até evitam cansaço – de exibir o "espetáculo da violência" em uma sociedade que muitas vezes parece espetacularizar tal fenômeno.

A presença da violência no dia a dia não se restringe apenas às multidões. Onipresente, ela permeia todos os ambientes, desde as ruas até o convívio familiar, das condições desafiadoras das favelas às suntuosas mansões. A violência não faz distinção entre o analfabeto e o universitário. Crimes hediondos ocorrem com uma frequência e naturalidade tão marcantes que nos levam a questionar: Estamos verdadeiramente regressando a uma condição próxima da barbárie? Estamos proporcionando uma educação adequada às nossas crianças? (ARAÚJO, 2004).

Nos veículos de notícias, é habitual testemunharmos a futilidade subjacente à violência. Grupos como torcidas organizadas, organizações criminosas, grupos de extermínio, ou gangues de rua, essas coletividades agem como massas organizadas, alimentadas por um ímpeto de destruição e agressão, predominantemente física. A prática da violência, nesses contextos, serve simplesmente para estabelecer poder e legitimidade. Como parte dessas massas, o indivíduo frequentemente experimenta – e muitas vezes confirma – uma sensação de impunidade. Dentro desse tipo de

coletividade, todos se tornam praticamente iguais, gerando a formação de um feixe de pessoas unidas que, quando juntas, instauram uma espécie de fascismo (ARAÚJO, 2004).

A lógica do capital impõe e intercala os significados que são construídos, fortalecendo assim as estruturas sociais e reproduzindo as relações de dominação.

A libertação das cargas impostas pela distância só se concretiza por meio da união de todos, e é precisamente isso que ocorre na coletividade. Durante esse momento de descarga, as barreiras que separam as pessoas são derrubadas, e todos se sentem igualados. Na concentração, onde praticamente não há espaço entre os indivíduos, onde os corpos se pressionam uns contra os outros, cada pessoa se encontra tão próxima dos demais quanto de si mesma. O alívio gerado por essa proximidade é imenso. É por conta desse instante feliz, no qual ninguém se destaca como mais, ou melhor que os outros, que os seres humanos se transformam em uma massa coletiva (CANETTI, 1995).

Žižek (2008) aborda o conceito de violência por meio de uma trilogia. Existe uma forma mais visível, mais evidente, compreendida pelas explosões de violência que capturam a atenção das pessoas, como atentados e revoltas. Essa é a forma subjetiva de violência. Em contraste, há uma forma menos evidente, mais intrínseca à estrutura social, conhecida como violência objetiva. Essa última está imersa na percepção cotidiana de normalidade, manifestando-se no dia a dia, e assume duas formas: a violência simbólica e a violência sistêmica. A violência simbólica ocorre por meio da linguagem e das imposições discursivas, enquanto a violência sistêmica é uma consequência do sistema político e econômico, enraizada nas estruturas sociais. Ambas desempenham papéis interligados, reforçando uma à outra.

Em certos momentos, surge a reflexão de que a violência pode ser intrínseca à condição humana contemporânea. Ela já não se manifesta como um ato de defesa para a sobrevivência; ao contrário, as pessoas se acostumaram tanto a conviver com ela em nossa sociedade que ela se tornou algo banal. Tal constatação é discutida por Odalia (1993).

Bourdieu (1989, 1991) interpreta a violência simbólica como uma manifestação do poder simbólico, fortalecendo a imposição de significados e a naturalização das relações de poder. Dessa forma, ela resulta também da imposição da ideologia por meio do discurso. Segundo Bourdieu (1991), o poder simbólico implica o "não reconhecimento da violência que é exercida através dele" (ibid., p. 209). Assim, ele caracteriza a violência simbólica como uma forma de violência silenciosa, pois suas vítimas não se percebem como tal, já que falham em reconhecer a própria violência. Isso refere-se à naturalização dos significados gerados pela dominação, uma dinâmica percebida também por Žižek (2008), que é estabelecida e legitimada pelo discurso.

A violência simbólica desempenha um papel crucial na perpetuação de estereótipos e estigmas sociais. Goffman (1963) explica que o estigma se refere às marcas e atributos que sujeitam alguém a críticas e marginalização pela sociedade. Essa

marca é construída de maneira "negativa" pelo grupo, identificando e caracterizando a identidade do indivíduo estigmatizado, dificultando sua libertação desse rótulo. O estigma é percebido em comparação com aqueles que não o possuem, criando uma visão restrita da pessoa estigmatizada.

Nesse contexto, a sociedade parece ignorar outros atributos que a pessoa possa ter, concentrando-se apenas na característica estigmatizada. Isso resulta na categorização de indivíduos e na definição de expectativas específicas para essas categorias por meio de estereótipos negativos.

Pierre Bourdieu, introduziu o conceito de *habitus* para descrever as disposições internalizadas que os indivíduos adquirem ao longo de suas vidas, moldadas pelas suas experiências e posição na estrutura social. O autor argumenta que a posição social, tanto presente quanto passada, influencia profundamente os indivíduos, e essa influência se manifesta na forma de *habitus* (BOURDIEU, 1983).

Para Bourdieu (1983), "os indivíduos 'vestem' os *habitus* como hábitos" sugerindo que essas disposições internalizadas tornam-se parte integrante da identidade das pessoas, assim como as roupas que usamos. Assim como o ditado "o hábito faz o monge", Bourdieu está sugerindo que os hábitos adquiridos através do *habitus* moldam a pessoa social, refletindo suas disposições e posição na estrutura social.

Ele explica que esses *habitus* não são apenas características individuais, mas também funcionam como marcadores de posição social. As disposições são simultaneamente marcas da posição social e, conseqüentemente, indicadores da distância social entre diferentes posições objetivas na sociedade. As pessoas socialmente próximas podem compartilhar certas disposições, enquanto a manutenção ou manipulação estratégica dessas disposições pode ser usada para reafirmar ou alterar a distância social entre os indivíduos (BOURDIEU, 1983).

A aparente harmonia nas relações entre a escola e as classes sociais é intrinsecamente ligada às estruturas objetivas que moldam os *habitus* de classe, um conceito central na teoria de Pierre Bourdieu. Essas estruturas objetivas referem-se às condições sociais e arranjos que existem independentemente das percepções individuais, como sistemas educacionais e oportunidades de emprego. Os *habitus* de classe, por sua vez, representam as disposições internalizadas ao longo da vida, influenciadas por fatores como educação, cultura e ambiente social. Nesse contexto, as práticas adaptadas à escola e suas estruturas objetivas são manifestações desses *habitus*, refletindo comportamentos e atitudes que se alinham com as expectativas sociais. A chave para compreender a relação entre escola e classes sociais reside na percepção de que essas práticas, ao serem adaptadas a estruturas específicas, contribuem para o funcionamento e a perpetuação das divisões sociais. Assim, a suposta harmonia na relação entre escola e classes sociais é, na verdade, uma expressão da influência profunda das estruturas objetivas na formação e manutenção dos *habitus* de classe, e, conseqüentemente, na reprodução das hierarquias sociais (BOURDIEU e PASSERON, 1992).

Além disso, esses estudos demonstram que o sistema de ensino dentro da sociedade capitalista desempenha uma dupla função: a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes. Ao incorporar o conceito de *habitus*, Bourdieu incorpora as ideias da luta pela dominação e da consciência de classe do marxismo.

O espaço da escola, de acordo com a perspectiva de Bourdieu, se particulariza como um ambiente onde se evidenciam relações de poder. Essa caracterização implica afirmar que a escola se organiza a partir da distribuição desigual de um recurso social específico, denominado por Bourdieu como "quantum de capital social". Nesse contexto, o termo "capital social" refere-se aos recursos sociais que um indivíduo possui, como redes de relacionamentos, normas compartilhadas e colaboração mútua (BOURDIEU, 1983).

A distribuição desigual desse capital social dentro do ambiente escolar determina a posição que um agente específico ocupa nesse espaço. Em outras palavras, a hierarquia de poder na escola é moldada pela quantidade e qualidade do capital social que os indivíduos possuem, influenciando sua capacidade de exercer influência e alcançar determinados objetivos dentro da instituição educacional. Essa abordagem ressalta a importância das dinâmicas sociais e do capital social na estruturação e nas relações de poder dentro do ambiente escolar (BOURDIEU, 1983).

De acordo com Thiry-Cherques (2006), Bourdieu enxerga o sistema de ensino como um empreendimento cultural de classes. O autor argumenta que a cultura escolar, influenciada pela cultura burguesa por meio de códigos comportamentais, linguísticos e intelectuais, perpetua as ilusões (*illusio*) essenciais ao funcionamento e à preservação do sistema, como as crenças compartilhadas em um determinado campo. Dessa forma, a família, a escola e o ambiente não apenas reproduzem as desigualdades sociais, mas também legitimam inconscientemente essa reprodução, atuando como dispositivos de dominação. A desigualdade, para Bourdieu, não está apenas no acesso ao campo, mas no cerne do próprio sistema.

No contexto de Bourdieu, o campo é delineado pelos valores ou formas de capital que o fundamentam. A dinâmica social dentro de cada campo é guiada por lutas, nas quais os agentes buscam preservar ou modificar as relações de poder e a distribuição das formas específicas de capital.

No entendimento de Bourdieu e Passeron (1992), o conceito de *habitus* desempenha um papel fundamental na interação entre a família, a escola e a assimilação de mensagens culturais. Eles argumentam que o *habitus* adquirido na família é o ponto de partida para a recepção e assimilação das mensagens escolares. Além disso, afirmam que o hábito adquirido na escola influencia diretamente o nível de recepção e o grau de assimilação das mensagens produzidas pela indústria cultural.

Segundo Adorno (1995), a indústria cultural não é apenas um veículo de transmissão de mensagens, mas é vista como um instrumento de manipulação das consciências. Adorno argumenta que a indústria cultural é utilizada pelo sistema para conservar, manter e, em última instância, submeter os indivíduos.

Têm sido relatados, experimentados e divulgados na mídia casos de violência nas escolas, gerando uma sensação de insegurança entre aqueles que frequentam esses ambientes. Essa violência não se limita apenas à agressividade física, mas, conforme destacado por Chauí (1998, p. 34), engloba manifestações de coação, constrangimento, e outras formas que, de alguma maneira, resultam em opressão de uns sobre os outros, de um indivíduo sobre outro, ou até mesmo de todos contra todos, caracterizando o que é conhecido como violência simbólica.

Diante desse cenário, Abramovay (2002) argumenta que as expressões de violência simbólica na escola se manifestam claramente no abuso de poder, que se estabelece e se impõe por meio do uso de símbolos de autoridade, linguagem verbal e estruturas institucionais, como marginalização, discriminação e práticas de submissão empregadas por diversas instituições que empregam estratégias de poder.

Na visão de Souza (2012), nas instituições educacionais, essa forma de violência se evidencia nas relações de poder, na violência verbal entre professores e alunos, na discriminação indireta relacionada a gênero e raça, entre outras manifestações. Ele descreve o processo pelo qual a classe dominante economicamente impõe sua cultura aos dominados.

É totalmente inaceitável que em um ambiente educacional, sejam direcionados palavras, gestos ou qualquer forma de degradação a outro ser humano. A situação torna-se ainda mais problemática quando tais comportamentos partem de indivíduos graduados ou pós-graduados na área da educação, uma vez que, por sua formação, deveriam assumir uma postura exemplar para aqueles que estão em processo de formação. Como ressalta Paulo Freire (1996, p. 17), é fundamental acreditar que "faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação".

No entanto, o que se observa é uma manifestação clara da forma mais intensa de violência verbal, psicológica e moral na escola. Pode-se argumentar que isso reflete o tipo de sociedade na qual a instituição educacional está inserida. Um exemplo ocorreu em 2017, quando uma aluna, diagnosticada com depressão e com direito a atividades domiciliares, teve suas condições minimizadas pelo diretor da escola. Ao solicitar aos professores que enviassem as atividades para a aluna, o diretor comentou de maneira sarcástica: "que depressão nada, isso é falta...", insinuando, de forma constrangedora, que a situação decorria da falta de atividade sexual. A passividade e aceitação diante de tais situações são desoladoras, pois ninguém o lembrou de que ele próprio havia passado por uma situação semelhante no ano anterior, ficando afastado por 60 dias devido à depressão. Isso levanta a questão: para os homens, a depressão é considerada uma doença, enquanto para as mulheres é vista como falta de algo? (FERNANDES, 2020).

Uma escola na cidade de São Paulo tornou-se amplamente comentada nas redes sociais[i] após emitir um comunicado aos pais solicitando que as meninas fossem à apresentação de Natal com "cabelo liso e solto" para que o evento ficasse "ainda mais bonito". O comunicado, impresso e entregue aos pais, incluía a imagem da atriz mirim

Larissa Manoela como exemplo do padrão desejado. Naturalmente, essa postura da escola gerou indignação tanto entre os pais quanto entre os internautas, que consideraram a atitude discriminatória contra as crianças que não possuíam cabelos lisos (ESCÓSSIA, 2015).

Uma situação de desrespeito a alunas ocorreu durante um conselho de classe[ii] (FERNANDES, 2020) quando o professor de Português se referiu às alunas evangélicas como "as de rabo quente", devido ao relacionamento de uma delas com um colega, ofendendo-as tanto como mulheres quanto em sua religiosidade. Em outro episódio[iii], o mesmo professor, ao comprar um brigadeiro da presidente do Grêmio Estudantil, que oferece tanto o doce quanto um beijinho (doce de coco), estendeu a mão com o dinheiro e, ao ela tentar pegar, afastava a mão de forma insinuante, repetindo: "E o beijinho? E o beijinho?", causando constrangimento à estudante.

Conforme a pesquisa nacional sobre violência da Unesco (ABRAMOVAY, 2002), os alunos relatam que alguns professores enfrentam dificuldades para dialogar com eles, utilizando humilhações e ignorando completamente seus problemas. Esses professores recorrem a agressões verbais e expõem os alunos ao ridículo quando estes não compreendem algum conteúdo.

Há uma forma de violência quase imperceptível que se revela por meio de pequenas ações, como a negação da identidade na participação escolar, a restrição da expressão de orientação de gênero, religião e comportamento de certos indivíduos, além da criação de estereótipos pejorativos para um grupo ou uma pessoa específica, baseados em suas características particulares (MASSI, 2016).

O entendimento de Massi (2016) está alinhado com a descrição de Bourdieu sobre o conceito de violência simbólica, que se manifesta por meio da imposição e legitimação da cultura dominante sobre a cultura dominada. Os indivíduos subjugados são levados a acreditar que são inferiores, resultado da imposição e aceitação inconsciente da cultura hegemônica sobre suas próprias identidades e práticas culturais.

Com frequência, testemunhamos em escolas situações em que professores demonstram preconceito em relação aos alunos ou em que alunos se comportam de maneira preconceituosa em relação aos seus colegas, seja em termos de comportamento, aparência ou desempenho acadêmico. Muitos professores mantêm a crença de que os alunos de escolas públicas não são capazes de aprender, não têm interesse no aprendizado ou não se dedicam da mesma forma que os alunos de escolas particulares (MASSI, 2016).

Em outra situação vivenciada no ambiente escolar, durante uma atividade do Dia Internacional da Mulher, uma professora do turno da manhã solicitou que as promotoras não abordassem o direito de as meninas escolherem suas roupas, argumentando que isso poderia ser problemático para a escola, pois as meninas poderiam interpretar erroneamente que qualquer tipo de roupa estaria liberado. Embora possa parecer surpreendente, as meninas recebem orientações para evitar roupas curtas, decotes

pronunciados, shorts ou batom vermelho, considerados provocativos aos olhos masculinos (FERNANDES, 2020).

A sociedade ensina às meninas a importância de cuidarem de si mesmas, serem femininas, sensuais, e estarem sempre bem apresentáveis, algo que se alinha aos interesses do mercado que constantemente lança novidades na moda, incluindo maquiagens, roupas, calçados e produtos fitness, além de promover academias. Paradoxalmente, as meninas são desencorajadas a seguir as tendências da moda devido à preocupação com o olhar masculino, no qual certos tipos de roupas, maquiagem, postura ou comportamento podem ser percebidos como vulgares, chamativos ou provocativos aos instintos sexuais masculinos (FERNANDES, 2020).

Seguindo essa lógica, Tiradentes (2015) observa que esse mecanismo é instituído de maneira simples, sem qualquer respaldo que não seja o interesse da classe dominante. Essa violência é, portanto, produzida e reproduzida no meio social. Ao invés de ser ensinada, ela é reproduzida, pois se fosse ensinada, haveria espaço para discordâncias, o que não é permitido. Nesse contexto, a violência simbólica permeia quase imperceptivelmente na rotina do dia a dia, refletindo-se nos hábitos, costumes, leis, decisões judiciais e até mesmo no ambiente escolar.

Bourdieu abordou a escola e sua função na legitimação da violência simbólica. Essa violência não apenas disseminava um único padrão de ensino, determinado pelos interesses da classe dominante, mas também desempenhava um papel crucial na conservação social. A escola, principalmente, difundia a ideia de meritocracia para legitimar as desigualdades observadas no ambiente educacional (TIRADENTES, 2015), conforme podemos observar na figura 1.

Os indivíduos que pertencem a grupos dominados muitas vezes contribuem para sua própria dominação, mesmo que inconscientemente ou contra sua vontade. Ele destaca que essa contribuição ocorre quando os dominados aceitam, muitas vezes tacitamente e antecipadamente, os limites impostos pela estrutura social dominante (BOURDIEU, 1997).

Figura 1: A violência simbólica no âmbito escolar.



Fonte: Gênios. Disponível em: <http://cinismoilustrado.com/> Aces[iv]so em: 12 fev. 2024

A figura acima complementa a análise de Bourdieu, mostrando que a aceitação dos limites sociais não é apenas uma questão de conformidade externa, mas também de uma profunda internalização que pode minar a autoconfiança e o senso de valor pessoal dos indivíduos dominados.

O reconhecimento prático dessa dominação pode se manifestar de várias maneiras, frequentemente ligadas a emoções corporais, como vergonha, timidez, ansiedade e culpa. Bourdieu destaca que essas emoções muitas vezes estão associadas à sensação de regressão a relações arcaicas, especialmente aquelas características da infância e do universo familiar (BOURDIEU, 1997).

A emoção, nesse contexto, pode ser expressa por manifestações visíveis, como enrubescimento, embaraço verbal, desajeitamento, tremor, e diferentes formas de submissão, mesmo quando contrárias à vontade do indivíduo. Bourdieu (1997) também

menciona a cumplicidade subterrânea entre o corpo (capaz de desviar das diretrizes da consciência e da vontade) e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais.

Desse modo, as emoções e as respostas corporais revelam a internalização das normas sociais e a submissão à ordem dominante, muitas vezes de maneira inconsciente e involuntária por parte dos indivíduos dominados.

Pierre Bourdieu critica a Educação ao destacar que, em determinados contextos, ela deixa de desempenhar seu papel original como uma instância formadora, transformadora e democratizadora. Em vez disso, assume uma função autoritária, legitimadora e difusora de padrões culturais associados à classe dominante. Essa crítica ressalta a preocupação do autor com a reprodução das desigualdades sociais por meio do sistema educacional.

O poder do Estado exerce uma influência significativa nas dinâmicas de poder, sendo a natureza simbólica da violência intimamente ligada aos elementos essenciais da estrutura de classes na sociedade capitalista, moldada pela divisão social do trabalho e fundamentada na apropriação desigual dos meios de produção (SOUZA, 2012).

Formalmente, a escola, sob a perspectiva do Estado, busca tratar todos de maneira equitativa, proporcionando aulas iguais, submetendo a todos às mesmas formas de avaliação e estabelecendo regras uniformes. No entanto, na prática, as oportunidades são discrepantes, uma vez que alguns indivíduos estão em condições mais favoráveis do que outros para atenderem às demandas muitas vezes implícitas no contexto escolar (SOUZA, 2012).

A escola desempenha um papel crucial na reprodução das estruturas sociais e na transferência de diferentes formas de capital. A violência simbólica, caracterizada pela naturalização contínua de seus objetos e alvos, representa a forma mais profunda e estrutural de violência perpetrada pelo Estado. Esse *modus operandi* ocorre à sombra da permanente naturalização desses objetos e alvos, estabelecendo um contínuo "estado de violência". Nesse contexto, o que está em jogo não é apenas a integridade física dos indivíduos ou grupos, mas principalmente a integridade de sua participação cultural, conforme destaca Mendonça (1996).

Para Durkheim (2002), o indivíduo é moldado pela sociedade em sua totalidade, e sua existência torna-se efetiva por meio da atuação do Estado. Contudo, é apenas por meio de um equilíbrio de forças entre os grupos secundários e o Estado que o indivíduo pode verdadeiramente existir. As liberdades individuais surgem desse conflito de forças sociais.

A determinação da classe social não se restringe apenas à posição ocupada nas relações de produção, mas também envolve o *habitus* de classe, geralmente associado a essa posição. O exercício da violência simbólica é conduzido por um indivíduo ou grupo detentor do poder simbólico sobre os demais, moldando crenças durante o processo de socialização e levando os subjugados a perceberem e interpretarem o mundo conforme os critérios e padrões estabelecidos pelos dominantes (SOUZA, 2012).

Nesse contexto, considerando que o Estado atua como facilitador das classes dominantes, suas iniciativas para aprimorar ou negligenciar as condições das escolas públicas, em um contexto mais amplo, dependerão dos interesses dessa classe dominante. Assim, para criar um ambiente escolar capaz de lidar com a violência simbólica que ocorre em seu interior, é imprescindível um esforço coletivo comprometido e engajado, visando formar cidadãos que possam pensar criticamente por si mesmos, resistindo a qualquer forma de tentativa de moldar ou modelar a mente humana (TIRADENTES, 2015).

### Considerações Finais

A violência simbólica, conforme delineada por Pierre Bourdieu, revela-se como uma força poderosa e insidiosa que permeia os contextos educacionais, reforçando hierarquias, estigmas e desigualdades de maneira muitas vezes imperceptível. Este estudo procurou desvendar as complexidades subjacentes a essa forma de violência e suas implicações na formação dos indivíduos e na construção do conhecimento.

A análise das manifestações da violência simbólica no ambiente escolar evidenciou como gestos, palavras e estruturas simbólicas são empregados para legitimar e perpetuar relações de poder. Essa violência não se limita a atos explícitos, mas se manifesta de forma sutil através da imposição de padrões culturais, comportamentais e linguísticos que marginalizam e discriminam determinados grupos de estudantes. O estudo destacou episódios concretos em que alunos foram vítimas de humilhação, discriminação e estereótipos, sublinhando a necessidade de conscientização e intervenção nesse âmbito.

A compreensão da violência simbólica é crucial para desvelar os mecanismos que sustentam a reprodução das desigualdades sociais dentro do sistema educacional. Bourdieu e Passeron argumentam que a escola não apenas transmite conhecimento, mas também reproduz a estrutura de classes da sociedade capitalista. Através do conceito de *habitus*, torna-se evidente como as disposições internalizadas dos indivíduos são moldadas pelas suas experiências e posições na estrutura social, influenciando suas interações e trajetórias educacionais.

As reflexões apresentadas neste estudo sublinham a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora da educação, que vise desconstruir as práticas e discursos que perpetuam a violência simbólica. A promoção de um ambiente escolar inclusivo e equitativo requer uma análise profunda das dinâmicas de poder e a implementação de estratégias que promovam a igualdade e a liberdade acadêmica. Isso envolve não apenas políticas e práticas institucionais, mas também um compromisso coletivo dos educadores em reconhecer e combater as formas sutis de violência que operam no cotidiano escolar.

Além disso, é imperativo que a formação dos educadores inclua a compreensão das nuances da violência simbólica e a capacitação para identificar e mitigar seus

efeitos. A responsabilidade social da educação reside em garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente, livres de preconceitos e discriminações.

A reflexão sobre as formas de violência simbólica na educação contemporânea aponta para a necessidade urgente de reavaliar as práticas pedagógicas e as estruturas institucionais. Somente através de uma abordagem consciente e proativa será possível criar um ambiente educacional que verdadeiramente promova a justiça social e o respeito pela diversidade.

Portanto, este artigo não se propõe apenas a analisar a violência simbólica, mas a incitar uma reflexão mais ampla sobre as práticas educativas e a necessidade de transformação estrutural. A luta contra a violência simbólica na educação é parte integrante de um movimento maior por uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos possam exercer plenamente seus direitos e potencialidades.

## Referências

- ABRAMOVAY, Miriam. *Escola e violência*. Brasília: UNESCO, 2002.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARAÚJO, Marcelo José. A Violência simbólica: uma difícil percepção. *Unimontes Científica*. Montes Claros, v.6, n.2 - jul./dez. 2004.
- BENJAMIN, Walter. "Critique of Violence". In: BULLOCK, Marcus; JENNINGS, Michael W. *Selected Writings*. Cambridge, Harvard University Press, vol. 1. 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Language and Symbolic Power*. Massachusetts, Harvard University Press. 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1998.
- DURKHEIM, Emile. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ESCÓSSIA, Fernanda da. *Escola de SP causa polêmica ao pedir que meninas usem cabelo 'liso e solto'*. 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201\\_escola\\_racismo\\_fe\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_escola_racismo_fe_rb). Acesso em: 12 fev. 2024.
- FERNANDES, Katia Regina dos Santos. *Manifestações da violência simbólica contra as mulheres no ambiente escolar*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Erechim-RS. 2020.

- FREIRE, Paulo. *A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- GOFFMAN, Erving. *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*. New York, Touchstone. 1963.
- MASSI, Taiane. *Presença da violência simbólica na perspectiva dos alunos de duas turmas do Ensino médio de uma escola pública de Chapecó- SC*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Licenciatura em História. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Chapecó-SC. 2016.
- MENDONÇA, Sonia. Regina. *Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 94-125. 1996.
- ODALIA, Nilo. *O que é violência*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- SOUZA, Liliane Pereira de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. *Revista LABOR*, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 20-34, 2012.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista Administração Pública*. vol.40, n.1, pp 27-53. 2006.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violence: Six Sideways Reflections*. London, Profile Books. 2008.

---

[i] [i] Matéria publicada no site BBC News, intitulada Escola de SP causa polêmica ao pedir que meninas usem cabelo 'liso e solto', em 2 de dezembro de 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201\\_escola\\_racismo\\_fe\\_rb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_escola_racismo_fe_rb)

[ii] [ii] Relato da professora Kátia Regina dos Santos Fernandes no Diário de Campo utilizado no desenvolvimento de sua pesquisa/dissertação de mestrado profissional em educação.

[iii] [iii] Relato da professora Kátia Regina dos Santos Fernandes no Diário de Campo utilizado no desenvolvimento de sua pesquisa/dissertação de mestrado profissional em educação.